



*Vera Rocha*

## Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

### Acta nº 17

#### 1ª Sessão Ordinária de 2020

Aos oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no edifício da Junta, em Terrugem, realizou-se a 1ª Sessão Ordinária de 2020 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, que, por força da pandemia Covid-19, não pôde ser realizada em Abril, com a seguinte .....

#### ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ponto 2 - ORDEM DO DIA

- 1- Apreciar e Votar as Actas nºs 15 e 16
- 2- Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre de 2020;
- 3- Ratificar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019;
- 4- Apreciar o Inventário
- 5- Ratificar a proposta do Executivo nº 37/2020, relativa à 1ª Revisão Orçamental de 2020.

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia: .....

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. Luís Filipe Caetano Pardal, no lugar de José Fernando Morais
6. Humberto Manuel Príncipe Duarte
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luis Fernando Alegre dos Santos
9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
10. Ana Maria Domingos Carioca
11. José António Alves do Paço
12. Ludovico Calado Martins



Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas e a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e os Vogais José Alberto dos Santos Carvalho e Ana Cláudia Branco Rolo. -----

*Execuf*  
*Versalabe*

#### ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia considerou aberta a reunião e, por não haver público, passou, de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

#### Ponto 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---Foi dada a palavra ao Vogal Luís Santos que referiu ter ficado admirado pelo facto de o Edital desta Reunião não fazer qualquer referência à possibilidade de presença do público, pois esteve a ler a Lei nº 1-A que nada refere relativamente à não presença de público, pelo que gostava de perguntar o porquê desta sessão não contemplar essa possibilidade? Seria possível a ausência de público sim, mas pelo que via, não estava a ser respeitado o distanciamento que justificaria essa impossibilidade. Não havendo público, e tratando-se de uma assembleia pública, esta reunião deveria ser gravada e publicada. Lembrou, também, ao senhor Presidente que, em tempos foi pedido às diferentes bancadas que nomeassem o seu líder. Até ao momento ainda não viu qualquer motivo para isso. Mas, achava que, dado o carácter especial desta Assembleia, teria agora havido uma boa razão para se ter feito previamente uma conferência de líderes. Relativamente aos documentos que foram enviados a solicitação da bancada do PS -planos de contingência das Feiras - ( e isto agora já é dirigido ao Executivo), disse que os leu e ficou assustado com algumas coisas. Em primeiro lugar reparou que estes planos foram um "copy-paste" dos Planos da Câmara e muitas das responsabilidades do seu funcionamento recaíam sobre departamentos da Câmara, o que não estava correcto, pois estas feiras são da responsabilidade da Junta. Reparou que a medida de temperatura a todos os que entravam na feira era uma medida muito acertada, mas que não constava do plano e que, depois de ter dado uma volta à feira, verificou que, lá dentro, também não estava a ser respeitado o afastamento das bancadas, assim como o número de pessoas por bancada. Mas o que lhe motivou mais a chamada de atenção, foi o facto de se terem feito estes planos à pressa, fazendo um "copy-paste" dos da Câmara e "tomem lá e calem-se". Achava que isso não ficava bem, concluiu. --

--- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu e disse que, "relativamente à ausência de período aberto ao público no Edital desta reunião, lembrou que o Regimento era bem claro e qualquer reunião ordinária tem um espaço. Porém, não nos podíamos esquecer que, devido ao período crítico que atravessamos, temos o dever de evitar a proximidade das pessoas e que a presença de público poderia ser contraproducente. Presume que terá sido essa a razão pela qual o Edital não referiu essa possibilidade. Relativamente à questão dos líderes de bancada, que se recordava ter sido abordado em várias reuniões, os diferentes partidos ficaram de apresentar à mesa ou aos serviços administrativos o seu representante, o que nunca aconteceu. Por outro lado havia duas bancadas com um único elemento, pelo que o líder estava definido. De qualquer forma -disse - não se sentia com competência para convocar os líderes para uma reunião





prévia a cada sessão da Assembleia, até porque não sabia da disponibilidade das pessoas para esse efeito. Esta seria a única razão que encontrava para o facto. Mas, ainda em relação à não presença de público, que, na actual situação não era obrigatório fazer constar, se entendesse que se sentiu lesada pelo facto, a bancada do Partido Socialista poderia fazer chegar à mesa, um documento escrito sobre a matéria. Não lhe pareceu que fosse grave, dados os condicionalismos que estavam a verificar-se para a realização de reuniões. No entanto, ficava registada em acta, a observação feita pelo Sr. Luís Santos.”-----

---- A Vogal Ana Carioca pediu a palavra e fez a seguinte intervenção: “- Sr. Presidente da Mesa, a sua resposta suscitou-me umas quantas dúvidas, pois quando, a propósito da convocatória disse “presumo”, eu lembro que a convocatória e a ordem de trabalhos, são da responsabilidade do Presidente e da Mesa da Assembleia, em função de pontos específicos que o Executivo submeta para apreciação. Como tal, não posso deixar de manifestar que não considero correcto usar o termo “presumo”. Apesar da situação que se vive, existem outras formas de acautelar, se necessário, a intervenção do público. E isto não é um formalismo. É certo que não costuma vir muito público, mas isso não significa que se possa eliminar essa possibilidade de intervenção. E, nomeadamente, como se faz na Assembleia Municipal (que hoje também está a decorrer, virtualmente, através de plataformas), quando se faz a convocatória ressalva-se que o público poderá intervir e, nomeadamente, face à presente situação, através do envio de e-mails colocando questões. Portanto, neste caso concreto, teria sido muito importante que se acautelasse a possibilidade de o público da nossa Freguesia intervir. Por isso, a resposta que foi dada ao meu colega Luís não me sossegou. Acho que isto não é uma questão que possamos ou não possamos dispensar. Temos é que assegurar esse direito, arranjando outras formas de participação, se for o caso. Obrigada. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia, em resposta, disse o seguinte: “- Registo a sua intervenção, mas entendi, depois de falar com o Sr. Presidente do Executivo, que, atendendo ao período que atravessamos, e atendendo ao espaço físico que tínhamos, eventualmente, não se justificaria a presença de público até porque não haveria condições para o efeito. Daí, não se ter incluído na ordem de trabalhos o espaço reservado ao público. Assumo isto como um erro meu, se isso vos tranquiliza mais e, como disse ao seu colega Luís, se se sentirem lesados com a situação, façam favor de fazer chegar essa reclamação à mesa ou aos serviços de apoio à Assembleia, e ela terá a sua resposta, mas tentaremos que não volte a acontecer o mesmo em futuras convocatórias. No entanto, continuo a reiterar que não se me afigura fácil ter público com estas condições físicas, pois não teríamos possibilidade de as acondicionar condignamente para se manterem afastadas. Poderão dizer-me que ter-se-ia podido marcar a Assembleia para outro local, com mais espaço ou, inclusivamente, por vídeo-conferência. Tive oportunidade de enviar um e-mail para os membros da Assembleia dizendo que estaria disponível para fazer a assembleia por vídeo-conferência. Mas isso acabou por não acontecer. Enfim, tratou-se de uma decisão que não considero um erro muito grave, mas que foi calculado e assumido.” -----

---- O Senhor Presidente da Junta solicitou a palavra e procedeu à leitura de legislação sobre a matéria:--“Decreto nº 2-B/2020, de 2 de Abril que:--*regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente*



*Est. B.*  
*Vera Roda*

da República, não se enquadrando os cidadãos não eleitos para cargos políticos para assistência a reuniões ou sessões de órgãos autárquicos na previsão do artigo 5º deste diploma, pelo que fica reforçada a possibilidade da assembleia de freguesia impedir a presença de público nas suas sessões durante a vigência do estado de emergência provocado pelo vírus COIVD-19". Em relação à reabertura das Feiras, disse, também, que "- era um tema que estava a preocupar muita gente e ao Executivo, pois compreendia o drama dos feirantes. A reabertura ficou decidida na reunião de 12 de Maio, na condição de fazermos os respectivos planos de contingência, tendo-se pedido ajuda à Câmara que, só na última 2ª Feira é que nos fez chegar o documento que, de acordo com as conversações tidas com o Sr. Vereador. Foi esse documento que serviu de base aos planos das nossas feiras. O facto de ser "copy-paste", não tenho qualquer problema em assumir porque a humildade é uma coisa muito boa. Pode ter escapado uma ou outra coisa que devesse ser adaptada, mas o essencial estava lá tudo. O medidor de temperatura, de facto, não figurava no plano, mas também não é obrigatório estar, mas, à última da hora, conseguimos que os Bombeiros nos ajudassem nessa tarefa e pensámos em aplica-la, mesmo sem estar no plano. Mas acho que fizemos um bom trabalho: não entrou ninguém sem que se lhe medisse a temperatura (não houve qualquer caso detectado), não entrou ninguém sem aplicar o gel desinfectante, foram controladas as entradas (as pessoas estiveram na fila para entrar, pois os seguranças tinham contadores para controlar o número de pessoas, com instruções para não deixar acumular mais de 200) mas, infelizmente, as pessoas aglomeravam-se na zona nobre da feira. Muitos feirantes garantiram o afastamento, com baias, caixas, fita, ou mesmo linhas no chão, todos tinham gel (ao contrário do que foi lido no Facebook). E há uma coisa que é muito importante: a responsabilidade não é só do promotor da feira. A responsabilidade é também de quem lá está a vender, que tem de agir em conformidade com a Lei. Já tenho na minha secretária um relatório feito pelo nosso funcionário, detectando 2 ou 3 falhas que terão de ser corrigidas na próxima feira, como o caso de alguns feirantes que não se preocuparam em evitar a aglomeração de gente. Mas isso foram casos muito pontuais. Quero dizer também que amanhã os planos, já corrigidos das falhas detectadas, vão ser ratificados na reunião de Executivo. Muito obrigado." .....

## Ponto 2 - ORDEM DO DIA

**1- Apreciar e Votar as Actas nºs 15 e 16** .....

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão as actas nºs 15 e 16, não tendo havido qualquer pedido de correcção, pelo que, por sugestão do Vogal Luís Santos, foram votadas em conjunto, tendo ambas sido aprovadas pela unanimidade dos presentes, sem o voto do Vogal Luís Pardal, que não esteve presente nas reuniões em causa. ....

**2 Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre--- de 2020** .....

O Senhor Presidente da Junta, fez a seguinte introdução ao tema: - "Antes de mais folgo em ver-vos todos com saúde e espero que os vossos familiares também estejam assim, apesar da situação de pandemia que nos assola. Não é para nos congratularmos, mas, até há poucos dias só sabia de dois ou três casos de Covid

Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem - Acta nº 17  
1ª Sessão Ordinária-2020, de 08 de Junho de 2020





na Freguesia. Infelizmente, a Junta não recebe qualquer informação sobre os casos concretos existentes na área, nem qualquer informação sobre a matéria, dizem que para não causar alarmes, por um lado, nem euforias, por outro. Em parte, compreende-se, mas isso impede-nos de ter um papel mais activo no processo de colaboração com as autoridades. A Delegada de Saúde também nunca falou connosco e por isso, aquilo que sabemos é o que toda a gente já sabe. Este 1º trimestre do ano foi diferente do habitual, em que, com o aparecimento da situação e por força da Lei, tivemos de encerrar os serviços, garantindo, no entanto, o atendimento por marcação; encerrámos os parques infantis e de lazer; encerrámos também os cemitérios, que já reabrimos, mantendo-se a limitação do nº de pessoas nas cerimónias fúnebres; encerrámos as feiras, que estão a ser reabertas, respeitando os cuidados; temos alguns funcionários em tele-trabalho e os serviços do exterior continuam a ser assegurados. A nível de obras, e aproveitando o facto de os parques estarem encerrados, fez-se a reparação geral dos parques infantis, a nível de aparelhos, que estão a ser continuamente vandalizados. Ainda esta semana tivemos de colocar uma rede de 2m de altura no lado sul do Parque de Vila Verde, onde se têm registado abusos continuamente. O facto de termos feito um contrato com a Câmara para substituímos a areia dos parques infantis (que não era possível substituir anualmente, conforme manda a legislação) permitiu-nos fazer a colocação betonilha e pavimento aborrachado na base dos aparelhos, dotando-os de muito boas condições de segurança e higiene. Foi concluída a empreitada de construção de 30 gavetões no Cemitério de Terrugem. Relativamente à empreitada da Câmara para asfaltamentos na nossa Freguesia, foi já concluído o asfaltamento da Estrada do Concelho e vamos reunir com o Senhor Presidente da Câmara para elencar novos trabalhos na próxima empreitada. A Acção Social continua a dar resposta às solicitações e pouco mais haverá a dizer em relação aos 3 primeiros meses de 2020. Há ainda a referir o flagelo que são os monos. Estamos a preparar um contrato com os SMAS e Câmara, que prevê um reforço dos meios que permitam aumentar a eficácia do serviço de recolha, mas cada vez tem sido maior a quantidade. Já permitimos que as pessoas pudessem ir directamente ao estaleiro deixar os seus resíduos, mas começámos a ver que lá iam e, em vez de os depositar nos contentores despejavam-nos no chão, pelo que tivemos de fechar e passar a fazer-se marcação prévia. Só com uma grande fiscalização e depois de se apanhar uma dúzia de indivíduos que praticam, repetidamente, estes actos, é que as coisas funcionam bem. Obrigado.” -----

--- **Vogal Nuno Cardoso** : “ Boa noite a todos, tenho duas questões que gostava de colocar: a primeira tem a ver com a própria actividade da Junta. Disse há pouco que houve funcionários que ficaram em tele-trabalho e outros que ficaram cá em permanência. É referido que foram feitos 31 atendimentos presenciais e 19 em regime de tele-trabalho. Presumo que os atendimentos em tele-trabalho foram feitos depois de 18 de Março, após ter sido declarado o estado de emergência(?). Outro tema : li atentamente a sua reflexão e tem lá muitas coisas interessantes como as medidas de protecção associadas às famílias. Nós sabemos que há um milhão de pessoas em *lay off*, há muita gente no desemprego e com dificuldades económicas severas (ouvimos há pouco o Secretário-Geral da ONU, António Guterres a falar disso). Reparei que as ajudas alimentares, em Março, já subiram um bocadinho. A minha questão é saber se já foram adoptadas algumas



medidas para mitigar este problema das famílias e se já se nota que há famílias com este problema. É isto, no fundo. ....

---O Senhor Presidente da Junta respondeu o seguinte: “- A nossa acção social tem maior expressão no apoio alimentar na Associação de Reformados de S. José de Vila Verde, Lar de Terrugem, Associação de Bem Estar Assafora, Cortesia e Catribana e, esporadicamente o Centro Social e Paroquial de S. João das Lampas. E também damos apoio domiciliário nalguns casos. O que fazemos é, no fundo, a desenvolver um projecto que já vinha do anterior executivo da Terrugem, que é o Projecto Terrugem Solidária, que resulta de uma parceria entre a Junta e a Paróquia da Terrugem, em que as pessoas, na missa de último Domingo de cada mês, deixam bens alimentares e a Junta, no dia seguinte, recolhe-os e faz a sua distribuição pelas famílias necessitadas da área de Terrugem. Quando chegámos, resolvemos dar-lhe continuidade e melhorá-lo através da inclusão de alimentos frescos, adquiridos no próprio dia em que são entregues. Este mês, graças ao grande contributo da Hikma Farmacêutica (que também fez entrega às referidas instituições, de equipamentos de protecção individual, excepto o Centro Paroquial S. João das Lampas, que informou não precisar) foi possível melhorar muito o cabaz alimentar. Mas, casos novos em consequência da Covid, não têm aparecido, pelo menos para já, o que não acontece em Sintra, por exemplo em que se está a verificar um enorme aumento de famílias necessitadas, de acordo com informação do Vereador Quinta Nova. Também damos apoio em medicamentos a alguns doentes crónicos com insuficiência económica e ajudamos num ou noutro caso pontual, com electricidade, transporte, etc. Mas estamos atentos a novas situações e procuraremos dar resposta à altura. ....

### 3- Ratificar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019 .....

---O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta, para uma apresentação ao assunto, tendo este referido o seguinte: --  
-----” -A única coisa que eu queria dizer é que, na nossa óptica, tivemos uma boa execução orçamental, com 86% da despesa realizada, sendo que a receita até passou dos 100%. Mais à frente poderemos apreciar o saldo transitado para este ano, o que nos enche de orgulho pelo trabalho realizado. Alguma situação de carácter técnico que queiram apresentar, peço desde já que o nosso técnico, Dr. Nuno Rocha, seja autorizado a prestar esses esclarecimentos.” .....

---O Vogal Nuno Cardoso disse o seguinte: ”- Analisámos as contas e vimos que as contas de 2019 não são muito diferentes das de 2018. Há um ano coloquei umas quantas questões e agora surgiram-me as mesmas questões, mas fui ver as respostas e já as tinha. Mas agora é outro tema. Como passámos pelo estado de emergência, de calamidade, e as pessoas têm estado confinadas, com o comércio fechado, sem haver mercados, etc, gostava de saber até que ponto é que esta situação poderá afectar as contas deste ano. Há uma série de rubricas, que não variam, como as receitas da Câmara, do Fundo de Financiamento das Freguesias, mas estou a lembrar-me, por exemplo da receita com mercados e feiras, que irão ser, certamente, menores. E do lado da despesa, a rubrica do apoio a famílias carenciadas poderá subir um bocado. Já estamos quase a meio do ano, não sei se haverá já alguma perspectiva dessa variação. No fundo a minha questão é saber até que ponto é que a actual conjuntura poderá afectar as contas da junta.-  
--- Resposta do Sr. Presidente da Junta : -“ Penso que não vai afectar



*Est. V. V. V.*  
*Vera V. V.*

grandemente, a não ser que haja uma calamidade em que sejamos chamados a suportar um grande número apoios sociais. Claro que a Câmara, pelo seu bom desempenho -é preciso dizê-lo - tem uma folga muito boa (172 milhões de euros) para fazer o que fez. Solicitei ao Sr. Presidente que intercedesse junto da Assembleia Municipal para que ela reunisse o mais rapidamente, em Junho, para podermos ratificar dois protocolos: o de apoio às medidas de combate à Covid e outro para reforço dos meios para um melhor serviço de recolha de monos. De notar ainda que os apoios às colectividades, embora sejam dados na mesma, serão bastante reduzidos, pois serão proporcionais à actividade desenvolvida e, como se sabe, nestes primeiros meses do ano, excepção feita ao Carnaval do MTBA, muito pouco se fez, pois as colectividades têm estado fechadas. E parece-nos um contra-senso estarmos a subsidiar quem está completamente inactivo e, como temos dito, é preciso algum cuidado com este tipo de apoios, que se destinam a projectos e não a despesas correntes. A verba resultante da redução desses apoios, irá destinar-se a outras despesas. Para concluir e em resposta à sua pergunta, de uma forma geral, não se prevê grandes alterações nas contas, a menos que haja algum problema grave. ....

--- O Vogal Luís Santos disse que, todos os anos, a acompanhar o relatório e contas, vinha uma listagem dos subsídios atribuídos às colectividades e associações, mas que este ano não tinha recebido essa listagem, pelo que perguntava se teria sido por lapso ou se tinha havido outra opção. ....

--- O Senhor Presidente da Junta disse que essa listagem foi feita e, se não foi enviada, é porque houve algum problema ao expedir a documentação, mas comprometia-se a enviá-la nos próximos dias. ....

--- O Senhor Presidente da Assembleia, dado não existirem mais pedidos de esclarecimento colocou à VOTAÇÃO o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2019, o qual foi aprovado por maioria, com oito votos a favor e quatro abstenções (PS). ....

#### 4- Apreciar o Inventário .....

---O Vogal Nuno Cardoso disse ter notado que no inventário havia viaturas de 2000, 2004, 2008 como valores exagerados , mas depois via-se que a viatura que foi adquirida recentemente para a recolha de monos, a Mitsubishi Canter, tinha um valor patrimonial a zeros, gostava de perceber porquê. Notou também que havia o registo de dois campos de futebol: um seria o da Terrugem e o outro(?) e gostava de ser esclarecido. ....

--- O técnico, Nuno Rocha disse que nas fichas do inventário figuram os valores de aquisição e o mapa vai sendo actualizado automaticamente com a depreciação da vida útil do bem. Reflecte também a capitalização das grandes reparações, mas no caso em apreço, da viatura Mitsubishi é, de facto, um lapso. Aproveita para informar que no novo sistema contabilístico (que vem substituir o POCAL) vai haver dois tipos de contabilidade, em que passaremos a apresentar as contas também em termos patrimoniais e não apenas em termos orçamentais, pelo que até ao final do ano, todas estas questões serão analisadas. ....

---O Vogal José António Paço, tendo conhecimento de causa, esclareceu, a propósito dos dois campos de futebol que se tratava apenas do da Terrugem, ao qual correspondiam dois artigos e será por isso que aparece repetido. ....

--- O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções e, não havendo mais inscrições passou ao ponto seguinte.....





5 - Ratificar a proposta do Executivo nº 37/2020, relativa à 1ª Revisão Orçamental de 2020 -----

---O Vogal Luís Santos disse que a questão que queria colocar era dirigida ao técnico, Dr. Nuno Rocha. Reparou que o valor da revisão orçamental era de 218 mil euros e havia operações de tesouraria de 3 mil e tal. Porque é que a revisão não era feita com base nos 221 mil? Seguramente havia uma explicação técnica que gostaria de perceber. -----

---O Técnico, Nuno Rocha, respondeu que as operações de tesouraria movimentavam verbas recebidas destinadas a ser entregues a outras entidades, como é o caso dos descontos do pessoal, e essas verbas circulam ao lado do orçamento se bem que devam ser referidas na apresentação das contas. -----

--- Não havendo outros pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à VOTAÇÃO a proposta do Executivo nº 37/2020, relativa à 1ª Revisão Orçamental de 2020 a qual foi aprovada por maioria, com oito votos a favor e quatro abstenções (PS). -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia referiu, por último, que havia necessidade de convocar uma Assembleia Extraordinária ainda em Junho, para apreciação de contratos inter-administrativos com a Câmara, pelo que os serviços iriam enviar a documentação para análise juntamente com a convocatória, comprometendo-se a escolher um espaço que possa garantir a presença de público para não incorrer no mesmo erro. -----

**ENCERRAMENTO** - Não havendo mais assuntos a tratar, quando eram vinte e três horas e dezasseis minutos, o Senhor Presidente propôs a aprovação da acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade, após o que declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa.-----

E eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo.-----

~~acta 37/2020~~  
  
 Vera Rocha